



EM REVISTA

Com satisfação tomamos conhecimento que o número de empregos com carteira de trabalho continua em crescimento, revertendo, aos poucos, a realidade que vivíamos durante o ajuste neoliberal dos anos 1990 e início da presente década. Também nos anima o recente anúncio da previsão do crescimento da economia para 2006.

Da mesma maneira, simpatizamos com os sucessivos anúncios de empresas que buscam introduzir códigos de conduta e políticas de responsabilidade social na gestão de seus negócios. No entanto, ainda falta muito para que tenhamos um crescimento de empregos em número suficiente para atender a mais de um milhão de jovens que procuram seu lugar no mercado de trabalho todos os anos.

Também nos preocupam os sucessivos anúncios de empresas multinacionais, como a Volkswagen, que pretende reduzir seu quadro de trabalhadores nos próximos anos. Ou como a Unilever, que prossegue com suas políticas de aquisição de fábricas e marcas, para simplesmente extingui-las, eliminando milhares de empregos em todo o mundo, conforme foi denunciado em maio no Tribunal Permanente dos Povos durante a Cúpula Europa – América Latina em Viena.

É preciso colocar as pessoas em primeiro lugar. Isso passa pelo crescimento econômico sustentável, geração de empregos decentes e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Porém, a realidade não é bem assim. Na edição anterior, fomos verificar o setor da mineração rudimentar de pedra-sabão na região de Ouro Preto e encontramos crianças trabalhando na coleta de rochas destinadas à produção de talco e artesanato. Três importantes empresas multinacionais se beneficiavam desta matéria-prima.

Faz pouco, decidimos investigar o trabalho migrante na cidade de São Paulo. Encontramos outra grande empresa multinacional, a holandesa C&A, que se beneficia de um trabalho executado em condições extremamente precárias ou em regime de semi-escravidão, por trabalhadores, em sua maioria, oriundos da Bolívia.

O interessante é que as quatro empresas declaram seguir políticas de responsabilidade social, mas algumas têm enormes dificuldades em garantir que seus compromissos se cumpram corretamente em toda a cadeia produtiva, apesar da responsabilidade subsidiária que possuem.

O conteúdo desta revista é extremamente grave e a posição da C&A, nas poucas vezes em que seus prepostos se pronunciam, é, no mínimo, contraditória. Está mais que na hora de a sociedade exigir, pelo menos, coerência destas empresas em relação ao que elas mesmas se comprometeram a fazer. Não podemos mais aceitar propaganda enganosa. Responsabilidade Social Empresarial tem que ser tratada com seriedade.

Conselho Editorial

Que moda é essa?

Marques Casara*

C&A vende roupas produzidas em malharias clandestinas, mediante exploração de mão-de-obra de imigrantes irregulares

Na sala de um apartamento residencial na região central de São Paulo, Ramón empurra sua caixa de brinquedos por entre máquinas industriais, bancadas, ferramentas e montes de roupas que esperam para serem costuradas. Outras 12 pessoas ocupam o espaço. Com a fiação elétrica exposta, o risco de incêndio é permanente.

As janelas estão lacradas. O barulho das máquinas pode denunciar a oficina clandestina e trazer a polícia. Faz um calor infernal, o ar está pesado no ambiente, sem ventilação.

Sentada há mais de 16 horas diante da máquina de costura, a mãe de Ramón tem pressa. Maria Diaz costura uma peça de roupa atrás da outra, intensamente. Ela tem uma agenda para cumprir. Só pára quando precisa comer ou ir ao banheiro. A mãe do pequeno Ramón é uma mulher exausta.

Desde que chegou ao Brasil em 2003, trabalha do amanhecer até tarde da noite. Não tem carteira assinada, equipamento de proteção, assistência médica. Ela não existe nos registros de imigração. Oficialmente, o governo brasileiro não sabe de sua presença. Tampouco sua saída da



Yan BoeCHAT

Na Bolívia, a falta de trabalho é a principal causa do êxodo para o Brasil





Loja da C&A em São Paulo: operações no Brasil estão entre as mais rentáveis da multinacional

Bolívia, em 2003, foi registrada pelo governo daquele país. Maria foi trazida para São Paulo por intermediários conhecidos como “coiotes”, que ganham dinheiro contrabandeando gente de um país para outro. Em São Paulo, pelo menos 100 mil bolivianos estão nesta situação. Deixaram a região andina para tentar a sorte em malharias clandestinas instaladas em diversos pontos da cidade.

Maria Diaz faz parte de um grupo de dezenas de milhares de pessoas que vivem em São Paulo anonimamente, sob o risco da extradição, vítimas do preconceito e sem nenhum tipo de garantia social ou trabalhista. Ela não pode se dar ao luxo de expor sua imagem nesta revista. Seria demitida pelo simples fato de relatar o problema, quem sabe terminaria expulsa do país. No Brasil, o único direito desta mulher é não ter nenhum direito.

Os imigrantes são explorados por uma indústria bilionária e multinacional. Na ponta desta cadeia produtiva clandestina e precária está uma das mais tradicionais e conhecidas magazines do mundo. As lojas C&A

vendem roupas costuradas por pessoas forçadas a atuar à margem da Lei, gente que não tem respeitados sequer os direitos fundamentais da pessoa humana.

A C&A sabe do problema há pelo menos um ano. Mesmo assim, continua se beneficiando, por intermédio de dezenas de malharias, de uma mão-de-obra extremamente precarizada. O importante é que as roupas cheguem ao consumidor de forma rápida e barata. Os imigrantes? Nem existem oficialmente. Não podem sequer reclamar, pois do contrário serão presos e podem até ser deportados.

Tempos modernos

Com vendas que chegaram, em 2005, a 5,2 bilhões de euros na Europa, a C&A registrou, segundo apuração da agência Bloomberg, um lucro de mais de 500 milhões de euros. Reportagem do jornal Valor Econômico, de São Paulo, mostra que as lojas da empresa no Brasil estão entre as mais rentáveis operações da C&A em todo o mundo, “se não forem as

maiores”.

Fundada na Holanda em 1841, a rede chegou ao Brasil em 1976 e possui 113 unidades no país. De acordo com pesquisa do banco Credit Suisse feita em março, os preços da C&A costumam ser, em média, entre 10% e 15% mais baixos que os da Renner, uma de suas principais concorrentes. Os preços desta, por sua vez, são 50% a 60% mais baratos do que os da Zara, empresa espanhola que também atua no Brasil.

Qual o segredo da C&A? Uma de suas principais armas é o preço. A empresa adota uma estratégia que alia preços baixos a um marketing de alto impacto. Não mede custos para divulgar a marca. Entre suas garotas-propaganda está uma das modelos mais caras mundo, a brasileira Gisele Bündchen.

O pequeno Ramón, que empurra sua caixa de brinquedos na oficina caótica e abafada, não tem a mínima idéia do que sua mãe faz durante mais de 16 horas por dia à frente daquele monstro barulhento. Sua própria vida tem sido um tanto confusa. Aos cinco anos de idade, veio para o Brasil

em um ônibus lotado de imigrantes irregulares que deixaram para trás, no interior da Bolívia, a fome, a miséria e o desemprego. Chegaram a São Paulo cheio de dívidas com seus contratantes, em busca de trabalho e de uma vida melhor. Por isso, para fugir da fome, sua mãe consome o tempo na máquina onde costura roupas para a C&A. Todo tipo de roupa, blusas, casacos, calças. Ganha 20 centavos por cada peça costurada. Por isso ela tem pressa. Precisa trabalhar muito para apurar algum dinheiro e atender a intensa demanda de seus contratantes. Afinal, a C&A está entre as lojas que mais vendem roupas no país.

O processo funciona da seguinte maneira: a C&A precisa costurar suas roupas. Para isso, contrata malharias legalmente instaladas em São Paulo. Estas malharias, por sua vez, repassam o trabalho para oficinas clandestinas. Com isso, as roupas vendidas pela C&A entram num círculo vicioso de trabalho precário e ilegalidade.

Monitoramento zero

O Ministério Público do Trabalho tem uma lista com todos os fornecedores da C&A em São Paulo. A procuradora Vera Lúcia Carlos disse ao Observatório Social que podem chegar a 80 os fornecedores suspeitos de usarem as malharias clandestinas para costurar as roupas: “A investigação está no começo. Encontramos centenas de etiquetas da C&A em malharias clandestinas”. Segundo a procuradora, o objetivo é identificar todos os elos da cadeia produtiva da roupa. “O que está acontecendo aí é um trabalho proibido. Como todo trabalho proibido, produz efeitos jurídicos. Nossa atuação é para saber quem é o beneficiário final dessa irregularidade”, diz a procuradora.

Qual é a responsabilidade da C&A nisso tudo? Responde o pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas, José Dari Krein: “Se a C&A contrata ou subcontrata empresas que não respeitam a



Etiquetas da C&A apreendidas em malharias clandestinas

legislação, fica sujeita à chamada responsabilidade subsidiária, ou seja, a C&A, como principal beneficiária, pode ser responsabilizada. A Justiça tem dado ganho de causa a esse tipo de demanda”.

O envolvimento da C&A com malharias clandestinas chegou a ser debatido em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal de São Paulo, instaurada para apurar a exploração de trabalho escravo na cidade. Apesar de não ter sido citada no relatório final, elaborado pela vereadora Soninha (PT), a empresa foi convocada para explicar seus processos de produção. O representante da C&A, Vlamir Almeida Ramos, explicou que a empresa faz visitas aos fornecedores para identificar as condições do maquinário e se há condições técnicas para suportar a produção: “Se nesse momento há algo gritante em relação ao desvio do trabalho, alguma coisa, é identificado e naturalmente isso pode se tornar empecilho para evolução da negociação”. Para Ramos, então, a existência de trabalho clandestino “pode” se tornar empecilho.

Indagado pela vereadora Soninha se existe uma visita a cada um dos fornecedores, o porta-voz respondeu que nem todos os fornecedores são visitados. E disse mais: “Nós não fazemos nenhum acompanhamento da subcontratação, não temos, vamos dizer, nenhuma ingerência em relação à subcontratação que ele (fornecedor) faz. Desconhecemos os contratos que são feitos com terceiros, por ele, assim como os preços que são praticados por ele com terceiros. A nossa negociação é com o fornecedor que foi selecionado.” Em resumo, a própria C&A admite que não tem controle sobre a cadeia produtiva das roupas que vende.

O procurador do Ministério Público Federal, Sérgio Suiama, participou de diligências em malharias clandestinas nos bairros do Pari, Vila Maria e Bom Retiro. Ele avalia que a condição de irregularidade dos bolivianos é o principal motivador para inseri-los em condições de trabalho de-

gradante. “Na última fiscalização que fizemos nós pegamos uma etiqueta da C&A numa oficina irregular. Então, o que acontece? Da mesma forma como a Nike, aquelas denúncias envolvendo a exploração de crianças e superexploração da mão-de-obra de trabalhadores em países da Ásia, acontece a mesma coisa com as confecções aqui de São Paulo. Elas muitas vezes terceirizam ou quarteirizam o serviço e essa quarteirização ou terceirização acaba recaindo justamente em mão-de-obra irregular.”

Contradições

Em suas andanças com a caixa de brinquedos pelo cubículo onde sua mãe se entrega à costura de roupas, o pequeno Ramón se torna, então, uma figura globalizada. Um típico filho de uma estrutura produtiva que investe bilhões em novas tecnologias, mas que emprega relações trabalhistas comparáveis às da primeira revolução industrial, quando, no século 18, os trabalhadores eram explorados ao limite nos teares manuais.

Em São Paulo do século 21, quando as máquinas são desligadas na oficina, já no começo da madrugada, Ramón finalmente vai para o colo da mãe. Tarde demais. Maria Diaz é uma mulher acabada, sem condições físicas ou emocionais de fazer qualquer coisa além de se atirar no colchonete que usa para dormir, uma espuma suja que é colocada ao lado da própria máquina onde passou o dia costurando. Porque aqui, as pessoas vivem e trabalham no mesmo espaço. Comem, dormem e sonham com o futuro em cubículos superlotados, pequenas celas de onde sequer podem ver a luz do dia pela janela. Costuram as roupas que jamais irão vestir.

As etiquetas da C&A, coletadas pela Polícia Federal em diversas oficinas, são as principais provas de sua relação com essas malharias, se é que se pode chamar esses locais de malharias. Os depoimentos coletados pelo Ministério Público, cujo teor é prometido para breve, deverão

desvendar novos detalhes sobre como as coisas acontecem.

A C&A não aceitou o convite do Observatório Social para expor sua versão dos fatos. A empresa não tem por hábito atender jornalistas. “Decisão da matriz para toda a rede, nunca atendemos jornalistas pessoalmente”, anuncia o assessor de comunicação, Guilherme Gaspar, da empresa Gaspar e Associados Comuni-



Com a fiação elétrica exposta, o risco de incêndio é permanente



Os imigrantes vivem, trabalham e se alimentam no mesmo espaço.

cação Empresarial. A C&A se prontificou apenas a responder perguntas por escrito, nas quais afirma que zela para que sua cadeia de fornecedores trabalhe na mais estrita legalidade. A íntegra das respostas está no final desta reportagem.

A empresa diz o seguinte, em resumo: “A C&A atua em total concordância com a legislação vigente e promove contratos que contêm cláusulas de proteção e de adesão a com-

promissos sociais. Através destas cláusulas, o fornecedor e seus subfornecedores se comprometem a não utilizar mão-de-obra escrava, ou análoga à escrava, infantil, de grupos vulneráveis, ou em condições degradantes”.

Esta resposta é incompatível com o que disse, na CPI, o porta-voz, Vlamir Almeida Ramos. Vale repetir: “Nós não fazemos nenhum acompa-

nhamento da subcontratação, não temos, vamos dizer, nenhuma ingerência em relação à subcontratação que ele (fornecedor) faz. Desconhecemos os contratos que são feitos com terceiros, por ele, assim como os preços que são praticados por ele com terceiros. A nossa negociação é com o fornecedor que foi selecionado”.

Em sua resposta por escrito, a empresa também afirma: “Ressaltamos que os todos os fornecedores, por exigência da C&A, formalizaram o seu compromisso de não utilização de mão-de-obra ilegal, assim como também afirmaram desconhecer que subcontratados assim estariam agindo”. A resposta também não bate. Isso porque a empresa foi formalmente comunicada de problemas em sua cadeia produtiva, pela Câmara Municipal, em outubro de 2005, ou seja, sete meses atrás. Foi inclusive informada da apreensão de etiquetas por agentes da Polícia Federal. Em sua resposta por escrito, dada ao Observatório Social mais de 180 dias após o depoimento à Câmara, a empresa não cita sequer uma medida contra fornecedores que descumpriram contratos. No texto, contudo, a C&A diz que “prima pelo total respeito para com os seus *stakeholders* e valoriza o capital humano”.

A presidente do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, Eunice Cabral, que representa 70 mil trabalhadores, não concorda com as afirmações da empresa: “Os empresários do setor formalizado reclamam muito é que a C&A só falta tirar o sangue deles. Às vezes, eles nem têm condições de produzir. Se não quiser, eles pegam e levam para outro lugar”. Segundo Eunice, é aí que entram as malharias clandestinas, com trabalhadores sem carteira assinada, sem plano de saúde, sem nenhum direito legal atendido.

O preço cobrado pela produção clandestina, então, se torna imbatível. Eunice disse ao Observatório Social que a C&A foi informada do problema em maio de 2005, ou seja, há mais de um ano. E agora?



Ministério Público do Trabalho

Em São Paulo, oficinas clandestinas funcionam em imóveis residenciais e sem nenhum equipamento de segurança

*Colaborou - João Paulo Veiga

Íntegra da resposta enviada pela C&A

Qual é a definição de “responsabilidade social empresarial” adotada pela C&A no que diz respeito à relação com os fornecedores e/ou subcontratados?

A responsabilidade social empresarial é valorizada e praticada pela empresa em todos os seus âmbitos de atuação. No que diz respeito mais precisamente às relações com os seus fornecedores, a C&A atua em total concordância com a legislação vigente e promove contratos que contêm cláusulas de proteção e de adesão a compromissos sociais. Através destas cláusulas, o fornecedor e seus subfornecedores se comprometem a não utilizar mão-de-obra escrava, ou análoga à escrava, infantil, de grupos vulneráveis, ou em condições degradantes.

A C&A, em seus 30 anos de atuação empresarial no Brasil, sempre se relacionou com o seu público interno e externo em plena sintonia com sua Missão, Valores e Estratégia Empresarial e com base no seu Código de Ética.

2) Quais são as ações, programas, práticas e/ou políticas adotadas pela C&A no que se refere ao controle da RSE na sua cadeia produtiva?

O principal instrumento de controle é o seu Código de Ética e as cláusulas contratuais de proteção e adesão assinadas com os seus fornecedores. Paralelamente promove interna e externamente a adesão irrestrita à sua Missão, Valores e Estratégia Empresarial. Prima pelo total respeito para com os seus *stakeholders* e valoriza o capital humano.

A C&A sabe que malharias contratadas por ela utilizam imigrantes ilegais, que trabalham de forma clandestina, nos serviços de costura de roupas que posteriormente são vendidas nas lojas C&A?

A C&A mantém cláusulas contratuais com os seus fornecedores vedando a utilização de mão-de-obra escrava ou ilegal, portanto, espera que os seus fornecedores aten-

dam ao estipulado contratualmente. Quando a empresa soube desta situação, por ocasião da CPI instalada na Câmara Municipal de São Paulo, imediatamente solicitou explicações e esclarecimentos do fornecedor, estipulando prazo para resolução da situação e dando ciência da posição da C&A. Ressaltamos que os todos os fornecedores, por exigência da C&A, formalizaram o seu compromisso de não utilização de mão-de-obra ilegal, assim como também afirmaram desconhecer que subcontratados assim estariam agindo.

Qual é a posição da empresa em relação ao uso desses trabalhadores na costura de roupas vendidas pela empresa?

Os valores, princípios e missão da C&A são incompatíveis com este tipo de situação. A C&A não pode, no entanto, se sobrepor ao papel do Estado e conseqüentemente exercer papel de polícia, mas pode, deve e assim o faz, ser um coadjuvante deste, zelando para que sua cadeia de fornecedores trabalhe na mais estrita legalidade com relação à utilização de mão-de-obra.

A empresa estuda a adoção de ações, programas, ou políticas específicas para que os fornecedores/subcontratados tenham suas condições de trabalho melhoradas? Quais são estas ações?

Sim. A empresa, sem, contudo, assumir um papel de fiscalização que compete ao Estado, entende que deve, em atenção aos seus próprios valores e missão, trabalhar em prol do aspecto social, e desta forma esta empenhada no desenvolvimento de um projeto que visa à orientação, conscientização e acompanhamento de seus fornecedores. Tal projeto deverá estar sendo implementado em breve e ajudará a garantir que situações ilegais de utilização de mão-de-obra sejam controladas.

